



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS POLÍTICAS EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

Curso de Administração Pública

**RÁDIO COMUNITÁRIA COMO MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE LOCAL NA PROVISÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO
DISTRITO MUNICIPAL DE KAMUBUKWANE :O caso Rádio Comunitária Voz
Coop (2015-2018).**

Licencianda: Batomabibi Aida de Gertrudes Sumburane Sousa

Supervisor: João Mangachaia

Maputo, Junho de 2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

Rádio comunitária como mecanismo da participação local na provisão de serviços públicos no distrito municipal de Kamubukwana: O caso da Rádio Comunitária Voz CoopRádio Comunitária Voz Coop (2015 - 2018).

Monografia apresentada a faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito parcial para a obtenção do grau acadêmico de licenciatura em Administração Pública, sob orientação do professor João Mangachaia.

Aprovada em ___/___/___.

O Júri

O Presidente

(doutor Alexandrino José)

O Supervisor

(M.A. João Mangachaia)

O Oponente

(M.A. Salvador Jeremias)

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que este Trabalho de fim de curso nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de qualquer grau acadêmico, nesta e em qualquer outra instituição do ensino superior, e que constitui o resultado da minha pesquisa, estando indicada, nos textos e nas Referências Bibliográficas, as fontes utilizadas.

Licencianda

(Batomabibi Aida de Gertrudes Sumburane Sousa)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos **Jesuton Aeon, Waldvinesh Collen e Kaleyshia Clávia**, porque são a minha fonte de luz.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro, agradeço a Deus por me ter concedido a oportunidade e a coragem de iniciar a caminhada de formação acadêmica.

Em segundo lugar, agradeço à minha família, designadamente: aos meus pais João Miguel Sumburane e Gertrudes Abrão Mié; ao meu esposo Esmeraldino Leitão Sousa, pelo seu apoio incansável e incondicional; aos meus filhos Jesuton Aeon, Waldvinesh Collen e Kaleyshia Clávia; meus irmãos Caldência Sumburane, Vânia Sumburane e Calden Sumburane; aos meus sogros Jacinto Leitão Sousa e Angelina Fonseca, aos meus cunhados Marina Sousa, Gina Sousa, Anastácio Sousa, Ricardina Sousa, Azevedo Sousa, pela força, pelo carinho, e apoio que me proporcionaram, principalmente nos momentos de maiores dificuldade. Especialmente ao tio Neves Fager pelo seu apoio moral, que Deus o tenha.

Em terceiro lugar, o meu supervisor Dr. João Mangachaia pela disponibilidade e dedicação em orientar-me na realização desta monografia.. Todos Docentes que estiveram presentes e engajados na transmissão do conhecimento durante a minha formação.

Em quarto lugar, aos colaboradores da Rádio Voz Coop Sr. Agostinho Muchave, Sra. Zaina, Sr. Fourten e Sr. Francisco por me facultarem informação no processo da recolha de dados. Ao Dr. António Álvaro por me ter concedido a sua obra “Desenvolvimento comunitário em Moçambique: contribuição para a sua compreensão crítica.” Ao Dr. Filomeno Inroga por me ter oferecido a obra “Rádios comunitárias: mobilização social e cidadania na reconfiguração da esfera pública.”

Aos meus colegas Atanásio Francisco, Carmen Mazenga e Geralda Namalango, muito obrigada!

LISTA DE ABREVIATURAS

EPC – Escola Primária Completa

FIPAG – Fundo de Investimento de Património da Água

IBIS –ONG Dinamarquesa

ICS – Instituto de Comunicação Social

INE – Instituto Nacional de Estatística

ONG –Organização Não Governamental

RC – Rádio Comunitária

RCVC- Rádio Comunitária Voz Coop

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e cultura.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Programas realizados pela Rádio Comunitária Voz Coop na provisão de serviços públicos.....	10
Tabela 2: Divisão Administrativa do Distrito Municipal de KaMubukwana.....	42
Tabela 3: Programas realizados o pela Rádio Comunitária Voz Coop, para a provisão de serviços públicos 2015-2018.....	45
Tabela 4: Os Programas desenvolvidos pela Rádio Comunitária Voz Coop.....	45

RESUMO

A pesquisa tem como tema “Rádio comunitária como mecanismo da participação local na provisão de serviços públicos no distrito municipal de Kamubukwana: O caso da Rádio Comunitária Voz Coop (2015 - 2018).” É uma pesquisa básica, descritiva, monográfica e qualitativa. Ela partiu da constatação de que a Rádio Comunitária Voz Coop constitui um mecanismo de participação da comunidade local na provisão de serviços públicos. Em consequência, formulou-se a seguinte pergunta de partida “De que modo os programas desenvolvidos pela Rádio Comunitária Voz Coop contribuem para uma participação efectiva da comunidade local na provisão de serviços públicos, durante o período de 2015-2018? Como resposta provisória, formulou-se a seguinte hipótese “os programas radiofônicos desenvolvidos pela Rádio Comunitária Voz Coop contribuem de forma efectiva na participação da comunidade local na provisão de serviços públicos. Assim, a pesquisa visa alcançar o seguinte objetivo geral: Compreender a contribuição efectiva dos programas desenvolvidos pela rádio Voz Coop na participação comunitária, na provisão de serviços públicos 2015-2018, objectivos específicos: identificar os programas desenvolvidas pela Rádio Voz Coop 2015-2018; descrever o processo da provisão de serviços públicos; aferir o grau de participação da comunidade no processo da provisão de serviços públicos; identificar os constrangimentos relacionados com as actividades desenvolvidos pela Rádio Comunitária Voz Coop na provisão de serviços públicos. Para a sua realização, usaremos os seguintes métodos: o hipotético-dedutivo, como de abordagem, monográfico como de procedimento, a entrevista semi-estruturada, a observação, o questionário, a pesquisa bibliográfica, como técnica de recolha de dados. Duas teorias constituem suporte da pesquisa, depois das análises, o trabalho chegou as conclusões constantes nesta pesquisa.

Palavras chave: Rádio Comunitária, participação comunitária, serviços públicos.

ABSTRACT

The research has as its theme "Community radio as a mechanism of local participation in the provision of public services in Kamubukwana municipal district: The case of Community Radio Voz Coop (2015 - 2018)." It is a basic, descriptive, monographic and qualitative research. It started from the realization that the Community Radio Voz Coop constitutes a mechanism for the participation of the local community in the provision of public services. Consequently, the following starting question was asked "How do the programs developed by Community Radio Voz Coop contribute to an effective participation of the local community in the provision of public services during the period 2015-2018? As a provisional response, the following hypothesis was formulated "the radio programs developed by Community Radio Voz Coop contribute effectively to the participation of the local community in the provision of public services. Thus, the research aims to achieve the following general objective: Understand the effective contribution of the programs developed by Voz Coop radio in community participation, in the provision of public services 2015-2018, specific objectives: specific objectives: to identify the programs developed by Radio Voz Coop 2015-2018; describe the process of providing public services; assess the degree of community participation in the process of providing public services; identify the constraints related to the activities developed by Community Radio Voz Coop in the provision of public services. For its realization, we will use the following methods: the hypothetical-deductive, as of approach, monographic as of procedure, the semi-structured interview, the observation, the questionnaire, the bibliographical research, as a technique of data collection. Two theories constitute support of the research, after the analyses, the work reached the conclusions contained in this research.

Keywords: Community Radio, community participation, public services.

SUMÁRIO

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
LISTA DE ABREVIATURAS	iv
LISTA DE TABELAS	v
RESUMO	vi
ABSTRACT.....	vii
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	8
1.1. Problema	9
1.2. Hipótese.....	11
1.3. Justificativa	12
1.4. Objectivos	13
1.4.1. Objectivo Geral	13
1.4.2. Objectivos Específicos	13
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL.....	14
2.1. Revisão da Literatura	14
2.1.1. Rádio Comunitária	14
2.1.1.1. Origem da rádio comunitária.....	16
2.1.1.2. Modalidades de Rádios Comunitárias.....	18
2.1.1.3. Importância da rádio comunitária.....	19
2.1.1.4. Características	20
2.1.2. Participação Comunitária	21
A. Participação	21
B. Comunidade	23
C. Participação comunitária.....	24
2.1.2.1. Componentes do processo metodológico de participação.....	25
2.1.2.2. Classificação da participação	25
2.1.2.3. Métodos da participação.....	26
2.1.2.4. Teoria da Participação	27
2.1.2.4.1. Teoria da democracia directa ou (participativa).....	27
2.1.2.4.2. Teoria da democracia liberal ou representativa.....	28
2.1.2.4.3. Teorias da democracia deliberativa.....	29

2.1.3.	Serviços Públicos	30
2.1.3.1.	Origem dos Serviços Públicos.....	32
2.1.3.2.	Elementos dos serviços públicos.....	33
2.1.3.3.	Classificação dos serviços públicos:	34
2.1.3.4.	Requisitos dos Serviços Públicos	35
2.2.	Teoria de base.....	35
CAPÍTULO III- METODOLOGIA		37
3.1.	Características da pesquisa.....	37
3.2.	Métodos de abordagem	38
3.3.	Método de Procedimentos	39
3.4.	Técnica de pesquisa.....	39
3.4.1.	Pesquisa documental	40
3.4.2.	Entrevista.....	41
3.5.	Universo da população, amostra e tipo de amostragem, critério de Amostragens não-probabilísticas	41
CAPÍTULO IV- APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS		44
4.1.	Caracterização do distrito de Kamubukwane	44
4.2.	Rádio Comunitária Voz Coop (Origem histórica)	45
4.3.	Papel da Rádio.....	45
4.4.	Análise dos Resultados.....	47
4.4.1.	Programas desenvolvidos pela Rádio Voz Coop	47
4.4.2.	Processo de provisão de serviços públicos.....	48
4.4.3.	Grau de participação da comunidade no processo da provisão dos serviços públicos	49
4.4.4.	Constrangimentos.....	49
CONCLUSÕES.....		50
RECOMENDAÇÕES		51
REFÊNCIAS BIBLIOGRAFIA.....		52

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

O presente trabalho é subordinado ao tema “Rádio comunitária como mecanismo da participação local na provisão de serviços públicos no distrito municipal de Kamubukwana: O Caso da Rádio Comunitária Voz Coop (2015 - 2018).” Este tema enquadra-se no contexto do novo modelo de governação democrática, especificamente, governação participativa. Segundo este modelo, a participação democrática, enquanto um conjunto de experiências e mecanismos, tem como finalidade estimular o envolvimento directo de cidadãos na vida política, através de canais de discussão e decisão. A democracia participativa preserva a realidade do Estado, todavia, busca superar a dicotomia entre representantes e representados, recuperando o velho ideal da democracia grega: a participação activa e efectiva dos cidadãos.

Quando Moçambique adoptou o modelo democrático, através da nova Constituição da República em 1990, introduziu-se o Estado de Direito democrático, alicerçado na separação e interdependência dos poderes e no pluralismo, lançando deste modo, os parâmetros estruturais da modernização, contribuindo de forma decisiva para a instauração de um clima democrático, que levou o país à realização das primeiras eleições multipartidárias.

A nova Constituição reafirma, desenvolve e aprofunda os princípios fundamentais do Estado de Direito Democrático, baseado no pluralismo político e na liberdade de expressão, organização partidária e no respeito e garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos.

De entre os Direitos fundamentais do cidadão, está o direito à informação. Por exemplo, a Lei nº 1/2018, de 12 de junho nos números 1 e 3 do artigo 48, afirma que:

Todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como direito à informação. A liberdade de imprensa compreende: a liberdade de expressão, e de criação jornalistas, o acesso às fontes de informação, à protecção da independência e do sigilo profissional e o direito de criar jornais, publicações e outros meios de difusão. (crm.,2018 pg)

Foi para materializar o princípio constitucional do Direito à informação que foi introduzida a Lei nº18/91 (Lei de Imprensa) que abre espaço para a criação das rádios comunitárias, define os princípios que regem as actividades da imprensa e estabelece os direitos e deveres dos seus funcionários. O Número1, do artigo 3 afirma que:

No âmbito da imprensa, o direito à informação significa a faculdade de cada cidadão de informar e ser informado de factos e opiniões relevantes à nível nacional e internacional bem como o direito de cada

cidadão em divulgar informação, opiniões e ideias através da imprensa.

Foi no contexto da Lei de Imprensa, que a Rádio Comunitária Voz Coop desenvolve programas que concorrem para a provisão de serviços públicos no distrito municipal de Kamubukwane.

Este trabalho estrutura-se em quatro capítulos: o primeiro é referente à introdução, que comporta a definição do problema, formulação da hipótese, apresentação dos objectivos gerais e específicos e, por último, indicação da justificativa. O segundo, trata do enquadramento teórico-conceptual. O terceiro discute os aspectos metodológicos. Por último, o quarto, apresenta e discute os resultados da pesquisa. Este último é seguido de conclusões e a bibliografia.

1.1. Problema

Como se fez menção na introdução, a partir de 1990, Moçambique adopta um novo modelo de governação, denominado por governação democrática e participativa. Este modelo introduz o Estado de direito, o qual preconiza o direito à informação, materializado não só pela Lei de Imprensa, como também pelos órgãos de informação e comunicação, que procuram relatar à sociedade, através de notícias, informações relevantes, entre elas, aquelas que afectam a vida directa dos cidadãos. É em cumprimento deste desiderato que a rádio informa sobre a vida da comunidade. A Rádio Comunitária Voz Coop (a unidade da análise da pesquisa) procura pesquisar, construir notícia, ou informação sobre a vida da sua comunidade. Neste processo noticioso, procura-se auscultar as populações através de debates, entrevistas, programas radiofónicos, e telefonemas nos quais as comunidades colocam as suas preocupações e por sua vez a rádio transmite estas aos órgãos competentes, para a sua solução.

Tabela 1: Programas realizados pela Rádio Comunitária Voz Coop na provisão de serviços públicos.

ANO	NÚMERO DE PROGRAMAS	SERVIÇOS PÚBLICOS PROVIDÊNCIADOS
2015 À 2018	4	Reabilitação da EPC Unidade 29 de Junho
		Requalificação de parte do bairro Jorge Dimitrov
		Recolha de resíduos sólidos
		Abastecimento de água da FIPAG

Fonte: Rádio Comunitária Voz Coop/Secretaria do Bairro George Dimitrov

A partir da tabela exposta, pode-se constatar que de (2015 à 2018), a Rádio Comunitária Voz Coop Distrito Municipal de Kamubukwane, realizou 4 programas que resultaram na provisão de serviços públicos, designadamente:

1. Reabilitação da EPC Unidade 29 de Junho;
2. Requalificação de parte do bairro Jorge Dimitrov;
3. Recolha de resíduos sólidos;
4. Abastecimento de água da FIPAG.

Constituindo deste modo um mecanismo (meio) de participação da comunidade local de Kamubukwane na provisão de serviços públicos.

A partir da constatação do papel da rádio comunitária formula-se a seguinte pergunta de partida: **De que modo os programas desenvolvidos pela Rádio Comunitária Voz Coop, contribuem para uma participação efectiva da comunidade local na provisão de serviços públicos durante o período de(2015-2018)?**

1.2. Hipótese

Segundo Sadique (2003), rádio comunitária é serviço de rádio difusão sem fins lucrativos, gerido com a participação da comunidade; responde às necessidades da comunidade; serve e contribui para o seu desenvolvimento de uma maneira progressista, promovendo; a mudança social, a democratização da comunicação através da participação comunitária.

Uma vez que Rádio comunitária constitui-se como mecanismo da participação local na provisão de serviços públicos no distrito municipal de Kamubukwana.

Os programas radiofónicos desenvolvidos pela Rádio Comunitária Voz Coop contribuem de forma efectiva na participação da comunidade local na provisão de serviços públicos.

1.3. Justificativa

As rádios comunitárias mostraram-se um importante meio agregador nas comunidades, já que sua constituição propicia um aumento das possibilidades de auto organização, estando envolvida nos e com os problemas, os desafios e os êxitos da comunidade (Caldeira e Simeone, 2006, p. 67). Portanto, elas surgem para tornar a informação mais acessível aos cidadãos como também permitir às populações uma maior participação nos processos de democratização dos respectivos países. Partindo desta premissa, a realização deste estudo torna-se relevante porque é através dos programas, que a rádio materializa os princípios democráticos.. A escolha do tema do trabalho explica-se pelo facto de ser, dentre outras, aquele que mais chamou atenção durante a minha formação académica. Na democracia todos são iguais, as pessoas têm direito à liberdade de expressão, a vontade do povo prevalece, salvaguardar a integridade e os direitos humanos do indivíduo.

A minha escolha pela Rádio Comunitário Voz Coop, sita no Distrito Municipal de Kamubukwana, por se tratar de uma rádio comunitária que serve a comunidade onde estou inserida, e despertou o interesse de procurar entender como a rádio contribui para a provisão de serviços públicos.

Do ponto de vista social este estudo é relevante na medida em que a determinação do grau de participação fornece subsídios para a organização no conhecimento sobre os problemas, mais predominantes no que tange à provisão de serviços públicos. O Distrito Municipal Kamubukwana, tratando-se de uma zona residencial suburbana onde parte da sua população depende dos serviços públicos para satisfazer as suas necessidades básicas, torna-se importante a implementação desta pesquisa com vista a mapear e categorizar os graus de participação da comunidade na provisão de serviços públicos e posteriormente a tomada de decisões que facilitem a sua implementação.

1.4. Objectivos

1.4.1. Objectivo Geral

- ✓ Compreender a contribuição efectiva dos programas desenvolvidos pela Rádio Comunitária Voz Coop na participação comunitária na provisão de serviços públicos, 2015-2018.

1.4.2. Objectivos Específicos

- ✓ Identificar os programas desenvolvidos pela Rádio Comunitária Voz Coop (2015-2018);
- ✓ Descrever o processo da provisão de serviços públicos;
- ✓ Aferir o grau de participação da comunidade no processo da provisão de serviços públicos;
- ✓ Identificar os constrangimentos relacionados com as actividades desenvolvidas pela rádio comunitária Voz Coop na provisão de serviços públicos.

^ CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

O enquadramento teórico-conceptual compreende dois aspectos, a saber: Revisão da Literatura e a Teoria de Base.

2.1. Revisão da Literatura

A revisão da literatura do trabalho trata sobre três conceitos: Rádio Comunitária, Participação da Comunidade e Serviços Públicos.

2.1.1. Rádio Comunitária

A UNESCO define Rádio Comunitária como aquela que é da comunidade, feita pela comunidade e para a comunidade. Por sua vez, Sadique (2003), citando um documento sobre estratégias para o desenvolvimento das rádios comunitárias, define a rádio comunitária como sendo um serviço de rádio difusão sem fins lucrativos, gerido com a participação da comunidade, responde às necessidades da comunidade, serve e contribui para o seu desenvolvimento de uma maneira progressista, promovendo a mudança social, a democratização da comunicação através da participação comunitária. Essa participação varia de acordo com as condições sociais em que a estação opera.

O foco de atenção de Sadique em relação às rádios comunitárias vai para a natureza da rádio comunitária, enquanto uma entidade de difusão sem fins lucrativos. A comunidade nesse processo só participa. O que difere da percepção da UNESCO ao afirmar que a rádio comunitária é da comunidade, feita pela comunidade para a própria comunidade. No entender da UNESCO a comunidade é a proprietária da rádio. Ela não só participa como também produz seus programas com vista à satisfação da própria necessidade. Portanto ela é sua pertença.

A discussão do conceito de rádio também foi feita por Jane (2004: 7) este considera que a Rádio Comunitária é um “serviço de radiodifusão sem fins lucrativos, responde às necessidades da comunidade, serve e contribui para o seu desenvolvimento, promovendo a mudança social e a democratização através da participação da comunidade”. Estas rádios permitem às comunidades uma comunicação directa com os líderes políticos.

A Rádio Comunitária, à luz de Jane, proporciona uma comunicação interactiva, actua como porta-voz da comunidade; proporciona a troca e difusão de informações; é educativa e estimula a alfabetização; constitui um veículo de campanhas educativas e saúde pública. A Rádio Comunitária responde às preocupações da comunidade e é um

meio para o desenvolvimento. Elas têm como objectivo a promoção do bem-estar social, económico e cultural. A rádio faz parte dos média mais acessíveis e é um meio de comunicação particularmente efectivo nas comunidades onde a maioria das pessoas não sabe ler e escrever.

Por seu turno, Peruzzo (1999), citada por Lilian Bahia (2008, p.33), define rádios comunitárias como aquelas que têm gestão pública, operam sem fins lucrativos e têm programação plural. Elas encaixam-se no perfil de rádio de baixa potência, porém, nem todas as rádios de baixa potência devem ser vistas como comunitárias, sendo necessário distinguir as que realmente desempenham papel comunitário. O aspecto novo introduzido por Peruzzo na conceitualização da rádio é o da sua gestão pública. Portanto, neste prisma, a rádio comunitária tem uma gestão pública gerida pela entidade pública, apesar de manter outras características elucidadas por autores anteriormente mencionados (Jane, Sadique) ao enaltecer o aspecto sem fins lucrativos.

Por conseguinte, Rádios Comunitárias são aquelas que, tendo como finalidade principal servir à comunidade, podem contribuir efectivamente para o desenvolvimento social e a construção da cidadania.

As características da rádio comunitária são a valorização da cultura local e o compromisso com a cidadania, no sentido de se comprometer com a educação voltada para a construção e o exercício da cidadania e, por fim, a democratização da comunicação.

Quanto aos seus objetivos de acordo com Denise Cogo (1998) citado por Lilian Bahia (Ibdem) uma rádio comunitária persegue os seguintes objetivos: “democratizar a palavra que está concentrada em poucas bocas e em pouquíssimas mãos para que nossa sociedade seja mais democrática.

Tendo definido os conceitos acima, vale destacar que para o presente estudo são rádio comunitária todas estações de rádio de carácter comunitário, que cumprem um papel importante nas comunidades, divulgando a cultura, o convívio social e eventos locais; noticiando os acontecimentos comunitários e de utilidade pública; promovendo actividades educacionais para melhoria das condições de vida da população. Portanto, elas devem nascer para responder aos anseios da comunidade de modo que sejam colocados em primeiro plano, diferentemente de uma rádio convencional, onde o interesse pela audiência é maior que a preocupação com os serviços de utilidade pública.

2.1.1.1. Origem da rádio comunitária

As origens das rádios comunitárias localizam-se na Bolívia, em 1947, quando grupos de mineiros criaram um meio de difusão de luta por melhores condições de vida, formas de protesto que, mais tarde, se alastraram aos camponeses colombianos. Em 1950, a primeira rádio comunitária começou a emitir nos Estados Unidos (RENARC, 2014).

No continente africano, as rádios comunitárias são relativamente recentes, tanto que em contextos diferentes, a partir dos anos oitenta e noventa, sob o impulso da cooperação internacional e da vaga de democratização, as primeiras rádios comunitárias surgem no continente africano. Por assim dizer, “a primeira Rádio Comunitária em África, foi instalada em Homa Bay, em 1982, no Quênia, usando material barato e de pouca potência” (MKAIMA, 2001, p.9). Para Sadique (s/d), em 1985, pouco tempo depois do surgimento da primeira rádio, no Quênia, havia pouco mais de dez estações radiofónicas independentes em toda a África mas, na década seguinte, na sequência das rápidas e profundas mudanças sociopolíticas operadas no continente, em 1998 já largas centenas de estações de rádio independentes (incluindo as de gestão do tipo comunitário) estavam em funcionamento.

No contexto Moçambicano, a maior parte das Rádios Comunitárias em actividade começaram com ajuda do ICS em parceria com a UNESCO, que presta assistência a várias comunidades na criação das suas próprias estações. Segundo (Alves, 2005) as primeiras rádios comunitárias surgiram na década de 90, sob a tutela do Instituto de Comunicação Social, da Igreja Católica e de algumas associações com projectos financiados por doadores internacionais. A UNESCO assinou 1997 com a Governo a instalação e a manutenção das Rádios Comunitárias em Moçambique para a promover à boa governação e o fortalecimento da democracia através dos media. A IBIS (ONG Dinamarquesa) contribuiu também para o estabelecimento de várias rádios. A IBIS trabalha na área da educação para o desenvolvimento, concretizando projectos em Moçambique desde a independência.

A obra organizada pelos autores Valério Cruz Brittos e Tomás Jane (2009), no capítulo intitulado: “Comunicação Comunitária: uma alavanca para o desenvolvimento local,” discorre sobre uma das experiências académicas compartilhadas sobre o tema tecendo contribuições de renomados pesquisadores reunidos em Maputo, durante o 1º Congresso Brasil-Moçambique: Digitalização, Democracia e Diversidade (1º DDD), em Junho de 2008. Nessa reflexão, os autores abordam questões relativas à importância e ao papel

desempenhado pelas rádios comunitárias no contexto de desenvolvimento, exercício da cidadania de governação nos países de Língua Oficial Portuguesa em geral, e Moçambique, de forma particular.

Segundo Jane (2004), tomando por base o trabalho de campo que realizou junto às rádios comunitárias e aos comunicadores das regiões do interior do país, o pesquisador mostra suas diversas experiências e traz reflexões sobre o modo como os meios de comunicação comunitários, diante das múltiplas possibilidades oferecidas na era digital, podem contribuir para o desenvolvimento local, mantendo sua proximidade com as sociedades tradicionais. Para o autor, ao se falar sobre comunicação comunitária como um dos novos modelos de desenvolvimento local, é uma forma de contribuir para um debate profundo sobre como o cidadão-comum se pode beneficiar- das novas tecnologias de comunicação e de informação para superar a pobreza.

É importante referir que para o caso de Moçambique, a primeira transmissão radiofónica ocorreu, no dia 18 de Março de 1933, tendo como pioneiro o Grémio de Radiófilos da Colónia de Moçambique (um clube privado de colonos portugueses na altura baseados na cidade de Lourenço Marques). Estes projectos pretendiam assumir a luta social de um grupo profissional e não continham a dimensão integradora da comunidade, inerente ao conceito de rádio comunitária (ALVES, 2005).

Como refere Alves (2005), um estudo da UNICEF, já apontava para o grande desafio pelos quais os órgãos de comunicação social em Moçambique sobrevivem (particularmente das Rádios Comunitárias), que se resume no facto de a maior parte da população moçambicana não saber ler nem escrever. O argumento dos autores aqui citados é o de que o surgimento das rádios comunitárias está interligada com a falta de informação pelas quais as pessoas (sobretudo os do meio rural), conviviam. De modo bem simplificado, podemos afirmar que o estudo conclui que nesses locais, as rádios comunitárias sempre tiveram o potencial de ser uma base inicial para construir um alicerce que forneça ao ouvinte as informações básicas sobre o tema abordado (Ibdem).

Segundo Jallo (2005), no prefácio da obra “ondas comunitárias: Algumas Experiências de Apoio ao Estabelecimento das Rádios Comunitárias em Moçambique”, salienta que a emergência da rádio comunitária nas diferentes partes do mundo esteve directamente ligada aos movimentos de base usando a rádio como ferramenta para atingir os seus círculos – a comunidade. Portanto,

“(…) foi após anos de censura, desde a era colonial à de imprensa monopartidária, a Lei de Imprensa Moçambicana, aberta e democrática – em vigor desde 1991 – mudou radicalmente o ambiente

legal dos médias no país, e que desde 1995, o Instituto de Comunicação Social (ICS), órgão estatal, e a Igreja Católica iniciaram rádios com orientação comunitária. De forma crescente, estações independentes, baseadas em associações cívicas, começam a surgir (JALLOV, 2005, p. 4).

Como se pode apreender a partir da citação imediatamente anterior, e na essência foi a partir da segunda república que as rádios comunitárias tornaram-se massivas, impulsionadas pelo Instituto de Comunicação Social (ICS) e pela Igreja Católica.

2.1.1.2. Modalidades de Rádios Comunitárias

Segundo Peruzzo, não há um único modelo de rádio comunitária. Elas se constituem em, pelo menos quatro (4) modalidades:

- a) Rádios comunitárias legalmente constituídas - são rádios lideradas por organizações comunitárias locais e destinadas a atender pequenas áreas geográficas urbanas e rurais. Transmitem em frequência modulada (FM) de baixa potência.
- b) Rádios livres comunitárias - são emissoras que se assemelham às da modalidade anterior, mas com a diferença de que não possuem a autorização para funcionar. São, de fato, rádios livres de caráter comunitarista, as quais os setores conservadores chamam de “piratas” ou “clandestinas”. Elas não se consideram piratas porque não visam lucro, nem clandestinas, pois não escondem seus endereços nem as frequências através das quais difundem seus conteúdos.
- c) Rádio de alto-falante - essa modalidade também é conhecida como rádio-poste ou rádio-corneta. São pequenos sistemas sonoros de “rádio popular” (rádio do povo) que transmitem suas mensagens através de bocas de alto-falantes ou de caixas reprodutoras/amplificadoras de sons. Estes são instalados em postes de iluminação pública ou de outra natureza, e em torres de igrejas.
- d) Rádios comunitárias virtuais - difundem suas mensagens somente pela Internet, portanto só existem no ciberespaço. São ligadas a grupos ou comunidades constituídas a partir da afinidade de interesses e/ou de vivências de problemáticas em comum, tais como as de fundo linguístico, étnico, relações de gênero etc. Sua performance participativa tende a ser menos coletivizada do que a das rádios comunitárias de base territorial geográfica.

2.1.1.3. Importância da rádio comunitária

De acordo com dados do Relatório de Balanço Anual do Instituto de Comunicação Social (ICS), em 2014, cerca de 70% da população moçambicana que vivia nas zonas rurais, menos da metade das famílias possuíam receptores de acesso à rádio nacional (ICS, 2014). Sendo exceção as emissoras provinciais da Rádio Moçambique (pública), as Rádios Comunitárias, segundo Mário (2008), são o principal meio de comunicação social acessível à população, através do qual a comunidade recebe informação pública, adquire conhecimentos, comunica acontecimentos à família e à comunidade, expressa-se culturalmente e se entretém.

Assim sendo, as rádios comunitárias mostraram-se um importante meio agregador nas comunidades, já que sua constituição propicia um aumento das possibilidades de auto organização, estando envolvida nos e com os problemas, os desafios e os êxitos da comunidade (Caldeiras e Simeone, 2006, p. 67). Portanto, elas surgem para tornar a informação mais acessível aos cidadãos como também permitir às populações uma maior participação nos processos de democratização dos respectivos países. Na percepção destes autores, elas tem a capacidade de aproximar variados segmentos da população, uma vez que funciona como forma de aproximar as pessoas, de fortalecer vários segmentos locais, seja de bairros ou pequenos agrupamentos, e de gerar desenvolvimento local.

Sobre o assunto, Sousa (1997), no seu estudo intitulado “RÁDIOS ILEGAIS: *Da legitimidade à democratização das práticas*” salienta que a relevância social ao se estudar a importância de uma rádio comunitária está em compreender que ela representa ao nível local como sendo um dos meios pelo qual a comunidade tem ao seu dispor para fazer-se ouvir, como se fosse a voz da comunidade, uma razão para ser, além de representante da própria comunidade no ar. De acordo com a autora, “essas emissoras representam, assim a voz da comunidade fazendo-se ouvir, procurando uma resolução para os seus problemas, com vista a um avanço social.” (SOUSA,1997).

Ademais, estas reflexões estão em concordância com a constatação de Jane (2006). No seu estudo intitulado “*O papel das rádios comunitárias na educação e mobilização das populações para os programas de desenvolvimento local em Moçambique*”, argumenta sobre a importância das emissoras comunitárias para o fomento do desenvolvimento local. Para tal enfatiza em seu argumento o papel que as rádios comunitárias, no que concerne ao exercício das comunidades começarem a pensar, agir, conhecer e cobrar

soluções para os seus problemas. Ou seja, massificam o exercício da sua cidadania e como promotoras do desenvolvimento local.

As rádios comunitárias continuam surgindo em todo o país através de processos que são desencadeados com a finalidade de se atingirem diferentes estágios de desenvolvimento das comunidades. No que concerne ao fluxo de informação a ser difundida pelas rádios comunitárias, importa referir que no desempenho de suas actividades é preciso que se tome em conta os aspectos contextuais da comunidade de modo que as informações a serem difundidas sejam conhecidas pela maior quantidade de pessoas e, diferentemente dos jornais e outros meios escritos, não exige que as pessoas saibam ler para que possam compreender. Costa e França (s/d) no seu artigo intitulado “Rádios comunitárias: o ideal comunitário no ar”, salientam que, com a rádio consolidada na sociedade, surgem também novas formas de torná-la democrática e mais abrangente, sem discriminação, e voltado para a prestação de serviços, como forma de suprir as necessidades que iam aparecendo dentro das comunidades. Ou seja, uma rádio feita para atender aos interesses da própria comunidade. Essa é a principal característica do serviço de radiodifusão comunitária.

Detoni (citado por Costa e França, s/d) explica que o principal objectivo dessas rádios é proporcionar à comunidade a possibilidade de acesso aos meios de comunicação, além de uma programação de cunho social que não encontra espaço nas demais emissoras.

2.1.1.4. Características

Peruzzo (*OP, CIT*) menciona algumas características que definem esse tipo de emissora no Brasil que podem se adequar ao nosso contexto, a saber: a) *Sem fins lucrativos*: A rádio vende espaços para anúncios, mas canaliza os recursos para a própria manutenção e não para lucro particular; b) *Programação adequa-se ao contexto*: desenvolve programação que tenha um vínculo orgânico com a realidade local; c) *Gestão colectiva e participativa*: Ela possui um sistema de gestão que envolve a participação directa da comunidade; d) *Interactividade*: favorece a participação do povo no microfone e até na produção e transmissão de programas próprios, por meio de entidades representativas; e) *São pela valorização da cultura local*: Incentiva as manifestações de cultura local; f) *Compromisso com a cidadania*: compromete-se com a educação para a cidadania no conjunto da programação e não apenas em algumas actividades específicas; g) *Democratização da comunicação*: democratiza o poder de comunicar; partir dessas características entendemos que a rádio comunitária tem estado muitas das vezes a

funcionar como facilitadora da comunicação e interacção entre emissor e público para a divulgação de notícias, prestação de serviços, valorização da cultura e da identidade das comunidades onde estão inseridas.

Ainda sobre as características da rádio comunitária, Oliveira (2000) explica que as rádios comunitárias promovem essa interacção e fazem do ouvinte um agente activo enquanto sujeito social:

“Elas permitem promover com mais facilidade que os outros veículos a interacção mútua entre o emissor e o seu público. Ao invés de serem meras propagadoras de opiniões e de mensagens verticalizadas, elas podem levar em conta o público como sendo pluralmente composto, em termos sociais, políticos, culturais. Pode ainda fazer com que o ouvinte se torne activo, enquanto sujeito social, e possa agir e interagir com a mensagem ampliando consideravelmente as suas possibilidades de também se transformar em emissor (OLIVEIRA, 2000. p. 10)”.

Partindo disso, entende-se que as rádios comunitárias se consolidam, carregando-se de funções, além das que lhe compete, assumindo papéis diferenciados e se mostrando presentes de forma tão revestida de carácter funcional. Como diria Klen (2005), o pessoal divulga através do programa as agendas semanais dos movimentos sociais, tanto de acções de reivindicação quanto de reuniões, para que a comunidade fique sabendo. Entendendo que as rádios comunitárias representam um importante instrumento de emancipação popular e transformação social, então, assumimos neste estudo que a rádio é um instrumento poderoso de mobilização social. Ou seja, ela representa para as comunidades um meio de comunicação imprescindível para o processo de democratização do país e para a efectivação dos direitos humanos fundamentais de acesso à informação social, cultural e económica.

2.1.2. Participação Comunitária

Antes de discutir o termo participação comunitária, é importante falar antes do conceito da participação e de comunidade.

A. Participação

O conceito de a participação tornou-se cada vez mais presente nas discussões sobre cidadania, governação e democracia. Entretanto, assume uma polissemia de sentidos, conforme o ângulo político, ideológico, social, económico e cultural em que é adoptada. Conforme destaca Teodósio (2004, p. 1), a noção de participação é “incorporada por movimentos sociais reivindicativos, sindicatos, empresas privadas, governos, dentre outros, a expressão adquire variados significados, sentidos e conotações à medida que

actores sociais e económicos a inserem em suas pautas e práticas”. Ainda que implique em definições polarizadoras, é importante compreender esse fenómeno sob as diferentes vertentes. Sobre este aspecto, Demo (1993) assinala o sentido metodológico da participação, conquanto um meio e um fim. Segundo ele, dentre os objectivos da participação, destaca-se a busca pela autopromoção (ou seja, centra-se em seus próprios interesses, com vistas a superar-se); a realização da cidadania, implicando em se desvelar as injustiças, traçar estratégias de reação e lutar por mudanças; promover o exercício democrático; o controlo do poder, não somente por vias institucionalizadas como leis e decretos, mas um controle feito pela base; o controlo da burocracia, exigindo-se padrões de eficácia e eficiência no âmbito público; negociar conflitos e divergências; criar uma cultura democrática, que se expressa por processos participativos e transparentes (DEMO, 1993).

Ainda reflectindo sobre a origem da palavra, Bordenave (1985) diz que participação é “fazer parte”, “tomar parte” ou “ter parte”. O autor alerta que a prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte mas como se toma parte e distingue entre os processos de *micro participação* (voltada para interesses pessoais e imediatos) e *macro participação* (voltada para a intervenção no âmago das estruturas sociais, políticas e económicas). Por outra, temos a macro participação corresponderia, portanto, à participação social, que nas palavras do autor corresponde ao “processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada” (BORDENAVE, 1985, p. 25).

Segundo Souza (1999) citado por António (Álvaro 2007, p. 103) a participação constitui-se num dos requisitos de realização do ser humano. O desenvolvimento social do homem requer participação nas definições e decisões da vida social.

Para Demo (1996), citado por António Álvaro, (Ibdem) participação é em essência autopromoção e ela existe enquanto conquista processual. Assim, não existe uma participação que seja qualificada como suficiente, nem acabada. Isso significa que, se a participação for tida como completa, ela começará a se degenerar. A participação não deve ser entendida como oferta, como concessão, como algo preexistente:

“(…) não pode ser entendida como dádiva porque não seria produto de conquista, nem realizaria o fenómeno fundamental da auto promoção; seria de todos os modos uma participação tutelada e vigente na medida das boas graças do doador, que delimita o espaço permitido. Não pode ser entendida como concessão, porque não é fenómeno residual ou secundário da política social, mas um dos seus eixos fundamentais, seria apenas um expediente para obnubilar o carácter conquista, ou de esconder, no lado dos dominantes, a necessidade de ceder. Não pode

ser entendida como algo preexistente, porque o espaço de participação não cai do céu por descuido, nem é o passo primeiro” (Demo, 1996, citado por António Álvaro 2007 p. 103)

A participação deve ser entendida como acto e efeito de um processo em que a sociedade civil, a sociedade política e a sociedade econômica tenham tomado uma decisão em conjunto. Klausmeyer & Ramalho (1995) entendem que ela acontece quando há acesso efectivo dos envolvidos no planejamento das ações, na execução das atividades e em seu acompanhamento e avaliação. A participação é um instrumento importante no sentido de promover a articulação entre os actores sociais, fortalecendo a coesão da comunidade e melhorando a qualidade das decisões, tornando mais fácil alcançar objetivos de interesse comum. Entretanto, as práticas participativas não podem ser encaradas como procedimentos infalíveis, capazes de sempre proporcionar soluções adequadas para problemas de todos os tipos (BANDEIRA,1999).

Na opinião de Cornely (1978), participação significa estar presente activamente no designar e no escolher alternativas, caminhos e em ter possibilidades reais de utilizar toda e qualquer alternativa, bem como combiná-las. Ela gera a possibilidade de superação da injustiça social.

Quando se faz referência à participação da sociedade, se está levando em consideração a definição de Ávila (1991), segundo a qual toda sociedade pode ser concebida como um sistema integrado de quatro subsistemas: o político, o social, o econômico e o cultural. Assim, sua estrutura consiste na relação mais ou menos estável destes quatro subsistemas.

B. Comunidade

Comunidade é termo amplo e ambíguo e dá margem a uma diversidade de sentidos: localista (espaço territorial), retórico político-ideológico (internacional contra o territorial), profissional (dos trabalhadores rurais), nostálgico (pressupõe uma passado de harmonia), homogeneidade de crenças, valores, opiniões, entre outros. (Downing, 2001 citado por Lílian Bahia, 2008, p.39).

Segundo Zigmunt Bauman (2003), citado por Lílian Bahia (2008, p. 39), comunidade é a agradável sensação que a palavra carrega, trazendo implícitos a segurança, o conforto e o aconchego. O autor ressalta a importância da comunidade, chamando a atenção para as consequências da sua ausência, pois “não ter comunidade significa não ter protecção”. Mas, também destaca, o custo de se viver em uma, na medida em que o

preço e pago em forma de liberdade, também chamada de autonomia, e direitos a auto-afirmação e à identidade.

Para Souza (1987 p.68), comunidade é o conjunto de grupos e sub grupos de uma mesma classe social, que têm interesses e preocupações comuns sobre condições de vivências no espaço residencial e que dadas as suas condições fundamentais de existência, tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns.

Por sua vez, Neto e Garcia (1987, p.9) diz que comunidade é uma reunião de ideias, interesses e recursos, em determinado espaço geográfico em que as pessoas interagem buscam soluções dos seus problemas para a realização do bem comum.

C. Participação comunitária

Depois de falar dos conceitos de participação e comunidade é chegado o momento, de tratar da participação Comunitária.

Uma vez que a participação comunitária está interligada a alguma acção, neste estudo é entendida como sendo o envolvimento das comunidades em actividades de consciencialização, empenho e propondo mudanças positivas no comportamento dos indivíduos. Como sinaliza Gohn, (2003), a participação tem em vista trazer a esfera de tomada de decisões para o nível local, sendo concebidas como forma de intervenção social periódica e planejada – que abrange todo o processo de formulação e implementação de políticas públicas –, institucionalizando-se a partir de estruturas criadas no aparato governamental (a exemplo dos conselhos gestores), compostas por representantes eleitos directamente pela sociedade de onde eles provêm (GOHN, 2003). É certo que a agenda de discussão deste tema é ampla e complexa, cruzando elementos que perpassam a cultura política, os recursos, as motivações, as práticas e estruturas institucionais.

Longe de pretender alcançar tamanha magnitude, este trabalho pretendeu apresentar, de forma breve e sucinta, alguns sentidos que a participação pode assumir. Tratando-se de rádios comunitárias, ela pode ser entendida como processo de mobilização e criação de capacidades das organizações comunitárias de base no sentido de empoderar e fortalecer espaços activos de modo que incorpore activamente a procura de respostas às preocupações das comunidades.

Segundo Valá (1998), participação comunitária é um processo segundo o qual os membros de uma determinada comunidade participam de forma activa e organizada na

identificação e análise dos seus prolemas, busca de soluções alternativas, mobilização de recursos de intervenções de desenvolvimento.

2.1.2.1. Componentes do processo metodológico de participação

Segundo Álvaro (2007), os elementos a partir dos quais o processo metodológico de participação que se desenvolvem são os interesses e as preocupações da população. Oalvo das acções comunitárias, nesta ordem de ideias, a descoberta desses interesses contitui-se no primeiro elemento a ser trabalhado nas relações com a população. os componentes fundamentais do processo metodológico da participação são os seguintes: a consciencialização, a organização social da população e a capacitação.

Segundo Santos (1983), citado por António Álvaro (2007, p.104), consciencialização é o processo através do qual as pessoas elevam seu nível de consciência de forma a permitir: compreender a situação concreta na qual se encontram; a analisar as condições reais e actuais de sua existência, exprimir seus verdadeiros interesses e criar formas de acção para a concretização desses interesses.

Para Santos (1983), citado por Álvaro (Ibdem), organização social é entendida como o processo de coordenação sistemática dos interesses de determinado grupo, visando alcançar metas específicas.

Para Souza (1999), citado por Álvaro (Ibdem), Capacitação é um processo em que a população passa a assumir gradativamente o seu próprio processo de consciencialização e organização e se tornar capaz de entender a sua experiência ao todo social penetrando mais a fundo na essência dos problemas e captando as contradições sociais a que está submetida. Como tal, percebendo mais a essência da sua realidade social, tenta encontrar novos modos de agir que respondam mais directamente aos seus problemas.

2.1.2.2. Classificação da participação

Pretty (1994), citado por Pinheiro (1997), classifica a participação em sete níveis:

1. Participação passiva: as pessoas participam sendo informadas do que vai acontecer ou já aconteceu. É uma decisão unilateral, sem qualquer tipo de consulta ou diálogo.
2. Participação via extrações de informações: as pessoas participam respondendo a perguntas formuladas através de questionários fechados. Os métodos não são discutidos e não há retorno de dados ou de resultados.

3. Participação consultiva: as pessoas participam sendo consultadas por agentes externos, os quais definem problemas e propõem soluções com base na consulta, mas sem partilhar a tomada de decisão.
4. Participação por incentivos materiais: as pessoas participam fornecendo recursos como mão-de-obra e terra em troca de dinheiro, equipamentos, sementes ou outra forma de incentivo. A maioria dos experimentos em propriedades e projetos agrícolas se encaixa neste tipo. Quando a ajuda é retirada, o entusiasmo logo termina.
5. Participação funcional: as pessoas participam formando grupos para atender a objetivos pré-determinados e definidos por agentes externos. Estes grupos em geral dependem dos facilitadores, mas às vezes se tornam independentes.
6. Participação interativa: as pessoas participam de forma cooperativa, interagindo através de planos de ação e análise conjunta, os quais podem dar origem a novas organizações ou reforçar as já existentes. Estes grupos têm controle sobre as decisões locais. É dada ênfase a processos interdisciplinares e sistemas de aprendizado que envolvem múltiplas perspectivas.
7. Participação por auto-mobilização: as pessoas participam tomando iniciativas para mudar os sistemas independentemente de instituições externas. O resultado dessa acção colectiva pode ou não mudar uma situação social indesejável (por exemplo, distribuição desigual de renda e de poder).

2.1.2.3. Métodos da participação

Os métodos participativos possuem alguns princípios comuns e fundamentais (FLECK, 1998):

Flexibilidade - os resultados são produzidos pelo grupo que participa.

Transparência - transforma a inteligência individual em coletiva, não induz nem manipula os participantes.

Multidisciplinaridade - envolve profissionais de várias áreas de conhecimento.

Comunicação nas duas direções - técnicos e comunidades aprendem.

Quantidade e Qualidade – a avaliação é realizada levando em consideração os dois métodos.

Orientação segundo o grupo - deslocamento do poder de decisão para o grupo.

Parcela do poder - envolve o aumento do poder de encaminhamento e decisão por parte do grupo.

Presença local - projetos construídos localmente e com a participação comunitária.

Documentação - registro de todas as etapas do processo participativo.

2.1.2.4. Teoria da Participação

Para além dos métodos e dos modelos, a questão de participação foi discutida também ao nível teórico, assim sendo, pode-se encontrar diferentes tipos de participação.

2.1.2.4.1. Teoria da democracia directa ou (participativa)

A teoria clássica da democracia remonta à Grécia Antiga, através de um processo de reformas gregas levadas a cabo entre outros, por Clístenes e Péricles. Clístenes, em 507 a. C, procurou dividir a Ática numa centena de circunscrições que designou de *demus* (povo), ordenando que todos pertencessem aos *demus*. Para Clístenes, “ fosse qual fosse a origem ou a fortuna, todos pertencem aos *demos*” (cf. Clístenes apud Castro, 1957: 160). Desse modo, Clístenes conseguiu garantir a igualdade de direitos políticos. A sua reforma feita nos fins do século VI a.C., dotou a cidade de Atenas com a primeira instituição democrática do mundo. No entanto, a democracia em Atenas, como governo do povo só se estabeleceu definitivamente com Péricles. Entre as suas acções, destaca-se a sua contribuição na elaboração da Constituição democrática de Atenas, entre 443 – 431 a. C.

Rousseau forneceu os alicerces teóricos da democracia directa ou participativa, e pode ser considerado um dos seus grandes pensadores. Rousseau (1954: 230) defendeu que democracia significa participação de todos na formação do poder. As desigualdades derivam da propriedade privada e da divisão do trabalho, não havendo democracia efectiva onde existe excessiva desigualdade material. Para Rousseau, ao povo como o poder soberano (vontade geral) compete fazer leis (Rousseau, s.d: 36 -44). Assim, o povo aparece como a origem legítima do poder soberano. “O governo recebe do soberano as ordens que dá ao povo e, para que Estado permaneça em bom equilíbrio” Gramsci *apud* Semeraro, (1999: 207s), defendendo igualmente a teoria da democracia directa (participativa), afirma que a democracia significa a participação e exercício popular do poder. Mesmo que as liberdades individuais e as instituições democráticas sejam necessárias, não garantem por si só a existência da democracia.

A democracia directa é caracterizada por promover a participação directa contínua dos cidadãos (o povo) nos processos de governação; a igualdade de direitos. Outrossim, ao povo como o poder soberano (vontade geral) compete fazer leis e dirigir. Os

governantes são simples funcionários. Advoga que as desigualdades sociais criam a apatia política.

2.1.2.4.2. Teoria da democracia liberal ou representativa

A teoria da democracia representativa ou liberal é uma questão central das sociedades modernas. O primeiro teorizador da representação política foi John Locke. Em Segundo Tratado sobre o Governo de 1690, Locke afirma que sociedade política tem origem no consentimento, acordo, pacto ou contrato de todos os indivíduos. Através deste pacto (explícito ou implícito), os indivíduos renunciam a parte da sua liberdade para dela poderem gozar com maior segurança, aceitando submeter-se à vontade da maioria (cf. Locke, 1978: Passim). Em Locke, aqueles que exercem o poder político têm um mandato (são representantes) popular (cidadãos) e são responsáveis perante o povo (os cidadãos) pelo desempenho da sua missão, que consiste em promover o bem-estar de todos, garantir e defender a propriedade.

Segundo Cunningham (2009: 41), Sartori identificava o liberalismo com a protecção de liberdades individuais e a democracia com a igualdade, que, de acordo com Tocqueville (2007: 807), inclui não somente a igualdade política, mas ainda o interesse e a promoção de medidas de igualdade social, bem como económicos.

Sumarizando, a teoria da democracia representativa veicula os seguintes elementos característicos: a) Liberdade política dos cidadãos; igualdade de todos perante a lei; b) através do pacto (explícito ou implícito), os indivíduos renunciam a parte da sua liberdade para dela poderem gozar com maior segurança, aceitando submeter-se à vontade da maioria; c) a aqueles que exercem o poder político têm um mandato (são representantes) popular (cidadãos) e são responsáveis perante o povo (os cidadãos) pelo desempenho da sua missão, que consiste em promover o bem-estar de todos, garantir e defender a propriedade. Outro assim, a democracia liberal ou representativa chama atenção para a necessidade de proteger: a) as liberdades de consciência, pensamento e sentimento, e de sustentar e expressar opiniões, buscar seus próprios planos de vida e se associar a outro para qualquer fim (não malicioso); b) participação no que refere a democracia, a participação dos cidadãos aos afazeres do governo.

2.1.2.4.3. Teorias da democracia deliberativa

A democracia deliberativa focaliza as questões de discussão e de tomada de decisões nos processos democráticos. Um dos seus maiores representantes é Jurgen Habermas, filósofo alemão da Escola de Frankfurt.

Habermas tem uma concepção de democracia chamada deliberativa cujo propósito é superar os limites da democracia elitista; processo que ocorre nos espaços de discussão e deliberação nos quais a sociedade manifesta suas opiniões e influência no processo de tomada de decisões. Os referidos espaços, o autor chama de esferas públicas. O conceito amplo de democracia pode ser concretizado nas esferas públicas e na sociedade civil. Pois são nesses ambientes onde ocorre o processo comunicativo (o mundo da vida) que influencia o mundo do sistema (o Estado) (cf. Habermas, 1997: 20). É no mundo da vida que se encontram os movimentos sociais, organizações e associações que expressam os problemas sociais das esferas privadas. A esfera pública forma estrutura intermediária entre o sistema político e a esfera privada. Nesse sentido, a ampliação democrática só se constrói com a participação dos indivíduos através de instrumentos próprios (esfera pública e sociedade civil) para dar conhecimento a toda sociedade sobre os problemas políticos de modo a resolvê-los. É somente através de um canal de comunicação democrática que poderá haver uma relação entre o Estado e a sociedade. São três âmbitos sociais que envolvem o processo deliberativo: 1. O Estado; 2. A Esfera pública; 3. Sociedade civil.

Democracia deliberativa deve ser ainda uma democracia de agregações, incluindo três princípios: liberdade, bem-comum e participação. Pelo princípio da liberdade entende-se que deve haver por parte dos outros aspectos que devem ser discutidos nos espaços de discussão e deliberação, ou seja, as esferas públicas são justamente um canal de acesso dos cidadãos, por meios dos quais, eles exercem activamente a sua cidadania. A esfera pública envolve um amplo debate no qual os actores sociais podem chegar a consensos sobre questões individuais, morais e sociais. A participação da sociedade nos debates públicos é assegurada pelo Estado de direito.

Joshua Cohen é um outro representante da democracia deliberativa. Segundo Cohen (2000: 46), a democracia deve ser substância e que a legitimidade e autoridade democrática encontram, justamente no facto de Estado tomar suas decisões junto com os membros da sua sociedade. Para se chegar à democracia deliberativa, Cohen propõe uma combinação de dois conceitos: o pluralismo razoável com uma perspectiva

substantiva da democracia (Cohen, 2000: 48). A referida combinação torna uma democracia mais efectiva e constitui o governo democrático. Cohen defende que para que uma democracia substantiva exista deve haver instrumentos substantivos para fazer com que os cidadãos participem na vida política e social, ou seja, devem criar condições de igualdade entre eles. Assim, a liberdade e a igualdade são condições substantivas para o processo democrático. Essa igualdade é possível quando os processos equitativos (igualdade de oportunidades) são criadas. Envolve igualmente o direito de inclusão na decisão. A democracia deliberativa, para o autor, deve garantir que o poder público reconheça direito igual a todos os cidadãos. Deve-se institucionalizar esses direitos: direito de voto, de associação, de expressão política, direito de ser eleito.

Bohman (2000: 23), por sua vez, afirma que deliberação democrática consiste num processo dialógico; pois é através dele que é possível a deliberação, ou seja, a discussão e participação entre indivíduos. Para o efeito, o autor indica três critérios para o processo dialógico: a) Permitir e estimular *inputs*, isto é, incorporar experiências locais e informação; b) Oferecer propostas de valor político; c) Oferecer formas institucionalizadas de participação dos cidadãos na tomada de decisões.

2.1.3. Serviços Públicos

José Cretella Júnior (2012) ao definir serviço público adota um critério amplo. Segundo este autor: “Serviço público é toda atividade que o Estado exerce, direta ou indiretamente, para a satisfação do interesse público, mediante procedimento de direito público.”

De forma um pouco mais restrita Meirelles conceitua serviço público não incluindo todas as actividades exercidas pelo Estado, mas apenas as actividades prestadas pela Administração.

Para Meirelles (2013) serviço público pode ser conceituado como “aquele prestado pela administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade, ou simples conveniência do Estado”.

Por sua vez Lúcia Valle Figueiredo conceitua serviço público mediante critérios: o critério orgânico, que caracteriza o serviço público como a actividade material fornecida pelo Estado ou por quem esteja a agir no exercício da função administrativa; o critério material, que consagra no ordenamento jurídico determinada actividade como pública; e

o regime jurídico de Direito Público, que prevalece no desempenho da atividade caracterizada como serviço público.

Celso António Bandeira de Mello (2005) restringe bastante o conceito de serviço público ao definir dois elementos essenciais, o elemento material, consistente na prestação de utilidade ou comodidade fruível singularmente pelos administrados e o elemento formal que consiste no regime jurídico de direito público a que estão sujeitas as actividades definidas como serviços públicos, o que implica em regras e princípios específicos, como a supremacia do interesse público sobre o particular e por restrições especiais.

Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2013) há serviços públicos que são usufruíveis apenas indiretamente pela coletividade, como os serviços administrativos internos do Estado, ou a pesquisa científica. O fato é que aquele conceito clássico adotado no direito brasileiro para definir serviço público, como aquele prestado pelo Estado direta ou indiretamente para satisfação de interesses coletivos sob o regime de direito público, encontra-se superado diante da nova estruturação do Estado.

Segundo Dinorá Adelaide Musetti Grotti: “Forçoso é reconhecer que a noção de serviço público é essencialmente evolutiva, condicionada pela época e pelo meio social e, como todo instituto, só pode ser compreendido pelo estudo de sua história e das tendências sociais da nossa época. E é indubitável que a concepção tradicional dessa noção foi atingida, e o regime de alguns serviços públicos passou a assumir uma nova compostura diante das inovações trazidas com a reforma do Estado.

O serviço público é toda actividade prestada pelo Estado, pessoalmente ou através de um terceiro, sob o regime de direito público, destinada a satisfação dos interesses da coletividade, sendo usufruída singularmente pelos administrados e, possuindo como característica o oferecimento de uma utilidade e uma comodidade material.

Segundo Silvestre (2007, p. 29), serviços públicos são todas as acções organizacionais desenvolvidas que visam a satisfação das necessidades colectivas, individualmente sentidas através do fornecimento de bens e serviços distribuídos: 1) gratuitamente (sem cobrança de um preço directo), 2) a preço inferior ao custo de produção ou, 3) a preço superior ao custo de produção, mas inferior ao que seria praticado no mercado.

O serviço público visa satisfazer as necessidades colectivas, individualmente sentidas, da sociedade que o remove. Assim, mesmo que sejam prestados por organizações privadas através da concessão ou outras de privatização, os serviços não perdem o seu sentido público, isto é, as organizações privadas podem produzir bens e prestar serviços

que satisfaçam os requisitos do serviço público porque não tem de ser necessariamente uma organização pública a efetuá-los. Por isso, actualmente, cada vez mais governos contratam organizações privadas para produzir bens e ou prestar serviços públicos. (Silvestre, 2007).

2.1.3.1. Origem dos Serviços Públicos

O serviço público está ligado ao modelo de Estado adotado em determinado momento histórico, aos objetivos propostos pelo Estado, sua forma de organização e aos modos de atuação e atribuições da Administração Pública. Observando a evolução do Estado ao longo do tempo percebemos esta íntima ligação entre os anseios sociais e a forma em que o Estado se organiza, gerando reflexos diretos nos serviços públicos prestados. No Estado Liberal do final do século XVIII e parte do século XIX, prevalecia o individualismo, caracterizado pela plena liberdade dos cidadãos e por uma clara dicotomia entre Estado e sociedade. A atividade do Estado limitava-se à segurança, justiça e proteção dos direitos individuais.

A Administração Pública caracterizava-se pela prevalência de controles rígidos dos processos e pelo formalismo como forma de combate à corrupção e a desconfiança. O serviço público prestado pelo Estado Liberal tinha como função o “desempenho de uma atividade protetora e garantidora dos direitos individuais considerados valiosos pelos particulares”.

Contudo, em meados do século XIX o modelo adotado pelo Estado Liberal não se apresentava adequado a solucionar os problemas advindos do liberalismo, ou seja, a sociedade vivia um cenário de intensa desigualdade social e econômica, em razão dos grandes monopólios que se formaram massacrando as empresas de pequeno porte e o proletariado, cada vez mais oprimido e sem condições mínimas de sobrevivência.

Diante deste contexto de conflitos sociais e econômicos houve uma mudança nos anseios sociais exigindo outra forma de atuação do Estado. Atribuiu-se ao Estado, a missão de diminuir a desigualdade social, intervindo na ordem econômica e social e garantindo direitos fundamentais aos cidadãos não apenas formalmente, mas também através de ações para concretização destes direitos.

O Estado Social consolida-se após a Segunda Guerra Mundial. O Estado amplia sua atuação, participando do processo econômico, estatizando empresas particulares, participando através do capital público de empresas privadas, ingressando na economia,

regulando o processo econômico, fomentando atividades onde o interesse Grotti, Dinorá Adelaide Musetti.

Contudo, o crescimento desmensurado do Estado, segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro passa a “colocar em risco a própria liberdade individual, afetando a separação dos Poderes, a medida que o Poder Executivo se fortalece e conduz a ineficiência dos serviços públicos”, seja em razão da crise econômica, da falta de capital para investimento, ou em razão da burocratização dos processos presente desde o Estado Liberal, como forma de impedir o nepotismo e a corrupção.

O Estado desviou-se de suas funções sociais básicas e impôs sua presença no setor produtivo, não conseguindo atender com eficiência principalmente na área social as demandas a ele dirigidas, especialmente pela parcela da população menos favorecida e que pleiteava por condições menos desiguais.

No Estado Social o serviço público está voltado não apenas a atividade protetora e garantidora dos direitos individuais como no Estado Liberal, mas, principalmente, a promoção dos direitos individuais e sociais, atendendo às necessidades da sociedade. Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro “Com a superação do liberalismo e a instauração do Estado Social, o indivíduo, que antes não queria a ação do Estado, passa a exigí-la. As relações entre Administração e administrador multiplicaram-se e tornam-se muito mais complexas. A sociedade quer subvenção, financiamento, escola, saúde, moradia, transporte, quer proteção ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio histórico e artístico nacional e aos mais variados tipos de interesses difusos e coletivos.” Como o conceito de serviço público está intimamente ligado à estruturação do Estado, o conceito sofreu alterações ao longo do tempo, ora para incluir determinadas atividades de natureza comercial, industrial e social como serviço público, ora para deslocá-las para a iniciativa privada.

2.1.3.2. Elementos dos serviços públicos

A noção de serviço público é composta por dois elementos, quais sejam, substrato material e elemento formal.

O substrato material corresponde à prestação, ou oferecimento de uma utilidade ou comodidade material à toda a coletividade, que será fruível singularmente pelos administrados e que o Estado assume como própria “*por serem reputadas imprescindíveis, necessárias ou apenas correspondentes a conveniência básica da sociedade*”; podendo prestá-la diretamente ou não.

O elemento formal refere-se ao regime a que o serviço público está condicionado, isto é, regime jurídico administrativo (direito público).

2.1.3.3. Classificação dos serviços públicos:

a) Serviços públicos próprios ou impróprios:

Os serviços públicos próprios são aqueles destinados a atender às necessidades da coletividade dada a sua natureza essencial, devendo o Estado executá-los direta ou indiretamente.

Os serviços públicos impróprios são aqueles que embora destinados a atender à necessidade de uma coletividade, não constituem dever do Estado e não são por ele executados. Neste caso o Estado apenas autoriza, regulamenta e fiscaliza o serviço público, que, por sua natureza de atividade privada não possui caráter essencial.

b) Serviços públicos administrativos, comerciais ou industriais e sociais:

Serviços administrativos - são aqueles promovidos pelo Poder Público para satisfazer necessidades internas ou preparar outros serviços.

Serviços públicos comerciais ou industriais - não são considerados serviços públicos propriamente dito e, sim, atividades privadas.

Serviços públicos sociais - são aqueles que atendem às necessidades coletivas, sendo, desta forma, essencial a atuação do Poder Público.

c) Serviços públicos gerais (*uti universi*) ou individuais (*uti singuli*)

Os serviços públicos gerais (*uti universi*) - ou gerais são aqueles que a Administração presta para atender à coletividade no seu todo, são serviços indivisíveis e imensuráveis na sua utilização, colocados à disposição do usuário são custeados por taxas, sejam ou não utilizados, são serviços de fruição obrigatória, podemos citar como exemplo o serviço de polícia, a iluminação pública, o saneamento básico.

Os serviços individuais (*uti singuli*) - têm usuários determinados, utilização particular e mensurável para cada destinatário, são serviços de utilização facultativa pelo consumidor, custeados por tarifas públicas, tais como telefone, energia elétrica, gás, etc. A possibilidade de interrupção destes serviços será tratada no tópico seguinte.

d) Serviços públicos compulsórios ou facultativos

Serviços públicos compulsórios - são aqueles que por serem considerados essenciais à coletividade não poderão ser recusados pelos destinatários, que deverão realizar a contraprestação pelo simples fato do serviço público estar à disposição.

Serviços facultativos - são aqueles em que o usuário pode aceitar ou não a prestação, pagando somente pelo uso efetivo.

2.1.3.4. Requisitos dos Serviços Públicos

Os serviços públicos devem ser prestados ao usuário, conforme cinco princípios: permanência, generalidade, eficiência, modicidade e cortesia. Se algum desses requisitos não for observado, é dever da Administração Pública intervir para restabelecer ou regular o funcionamento do serviço.

O princípio da permanência - impõe a continuidade do serviço, isto é, os serviços públicos não podem ser interrompidos.

O princípio da generalidade - impõe serviço igual para todos, sem nenhuma discriminação a quem o solicita.

O princípio de eficiência - obriga a atualização do serviço, procurando sempre a maximização de resultados com a melhor técnica possível; isso envolve a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e a expansão do serviço.

O princípio de modicidade - exige tarifas razoáveis e justas. Entende-se que os serviços públicos não devem ser prestados com lucros ou prejuízos, e as tarifas devem ser suficientes para manter, de forma saudável, a estrutura pública. Em alguns casos podem ser instituídos os subsídios, para que parcelas de menor renda possam ter acesso aos serviços públicos. Estes subsídios muitas vezes são cobertos com recursos públicos. No entanto, também existe o mecanismo do subsídio cruzado, onde a população de maior renda paga proporcionalmente mais por um determinado serviço público, cobrindo os gastos da população de menor renda.

O princípio da cortesia- se traduz em bom tratamento para o usuário.

2.2. Teoria de base

Para medir o trabalho vamos usar duas teorias a primeira para analisar a contribuição dos programas radiofônicos desenvolvidos pela Rádio Comunitária Voz Coop na

participação efectiva da comunidade local na provisão de serviços públicos recorre a duas teorias de participação.

Modelo da classificação de Prett, e a Teoria da democracia deliberativa.

CAPÍTULO III- METODOLOGIA

Nesta secção é apresentado referencial metodológico do estudo, compreendido aqui como uma das actividades cruciais das nossas reflexões, uma vez que buscamos estudar, compreender e avaliar a realidade académica. Para isso, é oportuno citar Marconi e Lakatos (2007), que afirmam que as pesquisas variam de acordo com o enfoque dado pelo próprio investigador tendo em consideração “os interesses, as condições, os campos, as metodologias, os objectivos, entre outros aspectos”.

À luz dessa colocação, serão a seguir apresentados o conjunto de métodos e técnicas de pesquisa que possibilitaram o nosso trabalho de recolha e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e dar respostas aos problemas e/ou questões de investigação aqui colocadas por este estudo. Abaixo, apresentamos o conjunto de outras metodologias do estudo com o intuito de alcançarmos os resultados esperados, objectivos e cronograma de actividades.

Considerando para tanto o relacionamento da mesma com a comunidade, a pesquisa caracteriza-se como estudo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo bibliográfico, conciliado com dados de campo a serem analisados à luz das reflexões de variados os autores.

3.1. Características da pesquisa

a) Natureza

Quanto à Natureza, a pesquisa é básica, por se tratar dum estudo destinado a aumentar nossa base de conhecimento científico. Este tipo de pesquisa pode ser teórico, o que não a desqualifica, uma vez que tem a intenção de ampliar a compreensão de certos fenómenos ou comportamentos, sem entretanto procurar resolver ou tratar tais constatações. A pesquisa básica tem o papel fundamental de abastecer as inovações da ciência teórica e a ciência experimental, é a chave deste modelo de pesquisa. Objectiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.

b) Objectivo

Quanto ao objectivo a pesquisa é descritiva busca a descrição de características de populações ou fenómenos e de correlação entre variáveis. São apropriadas a levantamentos.

São empregadas, por exemplo, nos seguintes tipos de investigação:

- Levantar opiniões;
- Levantar atitudes, valores e crenças
- Descobrir correlação entre variáveis (por exemplo, correlação entre a preferência por determinado lazer e nível cultural ou renda das pessoas.
- Levantamento de nível de escolaridade, preferência por candidato, renda, gênero, gosto, origem, raça, idioma, e outras características de uma população.

c) Procedimento técnico

Quanto ao procedimento técnico, a pesquisa é Estudo de Caso.

Segundo Ludke e André (1999), o estudo de caso se assemelha mais a uma abordagem metodológica de pesquisa que a um tipo de procedimento. É composto de três fases: uma fase exploratória; outra fase de sistematização de coleta de dados e de delimitação do estudo, e uma fase de análise e interpretação das descobertas.

Trata-se, como os termos indicam, do estudo de certo caso singular visando a descoberta de fenômenos em determinado contexto. Enfatiza a interpretação de fenômenos específicos e busca retratar a realidade de maneira complexa e profunda.

d) Forma de abordagem

Quando à forma de abordagem, é qualitativa, sendo mais apropriada a pesquisas da área das ciências sociais. É baseada na interpretação dos fenômenos observados e no significado que carregam, ou no significado atribuído pelo pesquisador, dada a realidade em que os fenômenos estão inseridos. Considera a realidade e a particularidade de cada sujeito objecto da pesquisa.

O processo é descritivo, indutivo, de observação, que considera a singularidade do sujeito e a subjectividade do fenômeno, sem levar em conta princípios já estabelecidos. Permite generalizações de forma moderada, tendo em vista que parte de casos particulares.

3.2. Métodos de abordagem

Quanto ao método de abordagem é Hipotético-dedutivo: é um método de abordagem que Karl. R. Popper desenvolveu no livro *A lógica da investigação científica*, como uma crítica radical ao método indutivo. A ideia central desse método é bastante simples: consiste na eleição de proposições hipotéticas, que possuem certa viabilidade, para responder a um problema ou a uma lacuna do conhecimento científico.

Em seguida, passa-se aos testes de falseabilidade das hipóteses, com o objectivo de comprovar as hipóteses. Caso as hipóteses sejam refutadas, deve-se substituí-las e refazê-las. E iniciar o ciclo mais uma vez. Quando se comprovar as hipóteses é que se deve encerrar o método. A partir dos testes, o pesquisador deve tentar demonstrar que as hipóteses não se confirmam e que apresentam falhas, ou melhor, que não é a melhor resposta para responder ao problema da pesquisa.

O objectivo desse método é, portanto, combater o erro e pensar em evitá-lo, muito mais do que buscar uma verdade científica. Já que, enquanto houver garantia de que o método elimina sucessivamente o erro, é uma justificativa suficiente para usá-lo.

Em outras palavras, o que Popper propõe é manter a postura do pesquisador em permanente crítica.

3.3. Método de Procedimentos

Quanto ao método de procedimento é Estudo de caso é um tipo de pesquisa que consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objecto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito de um grupo de pessoas de uma comunidade etc.(Freitas, 2013)

A pesquisa de estudo de caso é uma abordagem qualitativa na qual o investigador explora um sistema delimitado contemporâneo da vida real (um caso) ou múltiplos sistemas delimitados (casos) ao longo do tempo, por meio da colecta dos dados detalhada em profundidade envolvendo múltiplas fontes de informação e relata uma descrição de caso e tema do caso. É considerada uma metodologia, um tipo de projecto em pesquisa qualitativa que pode ser objecto de estudo, como também um produto de investigação (CRESWEL,2014)

3.4. Técnica de pesquisa

Quanto a técnica de pesquisa Bibliográfica em princípio, toda pesquisa tem um carácter bibliográfico em algum momento de sua concepção, mas existem trabalhos em que os dados provêm apenas ou prioritariamente das referências teóricas. Muitas vezes a bibliografia da áreas temática apresenta divergências ou análises realizadas em

diferentes perspectivas. Nestes casos, justifica. Se recorrer á literatura e apontar os consensos e as divergências sobre um determinado fenômeno.

Para Gil (1991), a pesquisa bibliográfica é um trabalho de natureza exploratória, que propicia bases teóricas ao pesquisador para auxiliar no exercício reflexivo e crítico sobre o tema em estudo. Em primeiro momento, é bastante útil para aguçar a curiosidade do pesquisador e despertar inquietação sobre o tema a ser estudado.

Serve para ambientar o pesquisador com o conjunto de conhecimento sobre o tema. É a base teórica para o estudo, devendo, por isso, constituir leitura selectiva analítica e interpretativa de livros, artigos, reportagens, textos da internet, filmes imagens e sons. O pesquisador deve buscar ideias relevantes ao estudo, com registros fidedignos das fontes.

Essas ideias relevantes devem ser registradas em forma de fichamento, ou seja , mediante catalogação do conteúdo importante para o trabalho. Deve conter cabeçalho, identificação do autor, título, editora e ano.

3.4.1. Pesquisa documental

Quanto a pesquisa documental é documental, segundo Gil (1999), é muito semelhante à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes: enquanto a bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores, a documental vale-se de materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico, podendo ser reelaboradas de acordo com os objetos da pesquisa. 40 Segundo Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa documental é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas. Para Gil (1999) este tipo de pesquisa torna-se particularmente importante quando o problema requer muitos dados dispersos pelo espaço. Porém, deve-se ter atenção à qualidade das fontes utilizadas, pois a utilização de dados equivocados reproduz ou, mesmo, amplia seus erros. A pesquisa documental é bastante utilizada em pesquisas puramente teóricas e naquelas em que o delineamento principal é o estudo de caso, pois aquelas com esse tipo de delineamento exigem, em boa parte dos casos, a coleta de documentos para análise (MARCONI & LAKATOS, 1996)

3.4.2. Entrevista

Segundo Gaiva (2009), as entrevistas semi-estruturadas são um subconjunto das entrevistas que permitem colher dados pouco visíveis ao pesquisador no âmbito da observação. Acrescenta o autor, que,

“(...) as entrevistas semi-estruturadas são importantes no âmbito de pesquisa social, na medida em que, possibilitam um aprofundamento mais alargado da realidade em estudo e conferem maior liberdade aos interlocutores para desenvolverem cada situação em qualquer direcção que considerem adequada”. (GAIVA, op.cit)

Refira-se que, as várias técnicas aplicadas buscam colectar informação de natureza diferente que precisam ser mutuamente complementadas com observações participantes e com pesquisa exploratória. A combinação destas três técnicas visa essencialmente aproveitar o potencial exploratório de cada uma delas, pelo facto de estar-se numa fase de base assim como as suas capacidades de descoberta e colecta de informação.

3.5. Universo da população, amostra e tipo de amostragem, critério de Amostragens não-probabilísticas

É um tipo de amostragem em que existe uma dependência, pelo menos em parte, do julgamento do pesquisador ou do entrevistador de campo para a seleção dos elementos da população para compor a amostra (Mattar, 2001). O universo da população são os moradores do Distrito Municipal de Kamubukwane, dos interessados com a Rádio Comunitária Voz Coop num universo de 30 pessoas.

Para Aaker, Kumar & Day (2004), os resultados desse tipo de amostragem podem conter tendências escondidas e incertezas que os tornam mais prejudiciais do que a ausência de informações. Os mesmos autores alertam afirmando que esses problemas não podem ser reduzidos pelo aumento do tamanho da amostra. Por esses motivos, os estatísticos preferem evitar os métodos não-probabilísticos, contudo, eles são empregados frequentemente e de maneira legítima e efetiva.

De acordo com Malhotra (2001), a amostragem não-probabilística confia no julgamento pessoal do pesquisador e não na chance de seleccionar os elementos amostrais. O pesquisador pode, arbitrariamente ou conscientemente, decidir quais serão os elementos a serem incluídos na amostra.

As amostras não-probabilísticas podem oferecer boas estimativas das características da população, mas não permitem uma avaliação objetiva da precisão dos resultados amostrais. Como não há maneira de determinar a probabilidade de escolha de qualquer

elemento em particular para inclusão na amostra, as estimativas obtidas não são estatisticamente projetáveis para a população.

Na amostragem não-probabilística, os custos e o trabalho envolvidos no desenvolvimento de uma estrutura de amostragem são minimizados, mas também a precisão com que a informação resultante pode ser apresentada fica prejudicada (Aaker, Kumar & Day, 2004).

As amostragens não-probabilísticas podem ser divididas em quatro tipos principais: intencionais (ou julgamento), "bola de neve" (snowball), por conveniência (ou acidental) e por quotas (ou proporcional) (Malhota, 2001; Mattar, 2001; Aaker, Kumar & Day 2004).

Por conveniência ou acidentais: os elementos são selecionados de acordo com a conveniência do pesquisador. Exemplo: pesquisa de opinião em praças públicas, ou pesquisas com os próprios funcionários de uma empresa (neste caso, deve-se evitar avaliar os produtos existentes da empresa, ou comparações com a concorrência). Importante: recomenda-se seu uso em pesquisas relacionadas a categorias de produtos de baixa incidência e de dificuldade de encontrar.

Amostragem estratificada: é aplicada quando há a necessidade de dividir a população em estratos homogêneos, como exemplo, por classe social, faixa etária, sexo etc.

Segundo Demo (2000), população compreende a totalidade de elementos sob estudo, apresentando uma ou mais características em comum. E a população em estudo na presente pesquisa compreende todos membros da comunidade do Distrito Kamubukwane abrangendo a área coberta pela Rádio Comunitária Voz Coop.

Neste sentido, neste estudo foi definida como sendo a nossa amostra de cobertura composta por 30 participantes das entrevistas. De referir que a mesma foi definida aleatoriamente usando a técnica da bola de neve, no processo de selecção de potenciais entrevistados, no seio da comunidade. Tomando como ponto de partida, para a colecta de informações no campo, fizemos entrevistas semi-estruturadas com operadores de radiodifusão (nomeadamente, locutores, repórteres e editores) e directores, comunidades. Igualmente para o alcance dos objectivos do estudo serão abrangidos os Grupos Alvos Primários (alguns funcionários da Rádio Voz Coop e a comunidade).

Assim, visando alcançar elementos para a aplicação do referencial metodológico interpretativo dos nossos dados, serão também utilizadas técnicas de pesquisa variadas unindo a observação participante, pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas

(May, 2004), visando a colecta de dados de natureza qualitativa, sendo que os mesmos serão obtidos junto a rádio comunitária.

CAPÍTULO IV- APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo irei apresentar a discussão dos resultados da pesquisa de campo. De salientar que foi baseada na combinação da revisão da literatura sobre o tema com os dados de campo, de modo a confrontar a manifestação do fenómeno em análise com a teoria.

4.1. Caracterização do distrito de Kamubukwane

O Distrito de Kamubukwana tem uma área de 52 Km, composta por 14 bairros e com um universo de 353.922 habitantes. Faz limite com o Distrito de Marracuene, a Sul com o Distrito Municipal Ka Tembe, a Este com o Distrito de Nlhamankulo e Ka Mavota, a Oeste com o Município da Matola. Insere 14 bairros; Luís Cabral, Jardim, Inhagoia A e B, N'salene, 25 de Junho A e B, Bagamoio, George Divisão Administrativa do Distrito Municipal KaMubukwana Dimitrov, Zimpeto, Malhazine e MagoanineA, B, e C.

Tabela 2: Divisão Administrativa do Distrito Municipal de KaMubukwana

Bairros do distrito KaMubukwana	Número de Habitantes
Luís Cabral	33040
Jardim	10914
Inhagoia A	14471
Inhagoia B	15481
Insalene	3269
25 de Junho A	11327
25 de Junho B	17735
Bagamoio	21891
George Dimitrov	40799
Malhazine	7598
Malhazine A	41062
Malhazine B	28457
Malhazine C	39793
Zimpeto	34131

Fonte: INE Censo de 2017

4.2. Rádio Comunitária Voz Coop (Origem histórica)

No ano de 1999 quando o projecto Media de UNESCO em Moçambique, através dos órgãos de comunicação social, publica um anúncio solicitando candidaturas de organizações cívicas com interesse de instalar rádios comunitárias.

A União Geral das Cooperativas (UGC), pretendendo, manifestou a 10 de Março do mesmo ano o interesse em instalar uma rádio comunitária, com o objectivo de assegurar a sustentabilidade técnica e financeira do seu projecto.

Na segunda metade do ano 2000, começou o trabalho de mobilização de voluntários ao mesmo tempo em que se organizava encontros regulares com as cooperativistas e com diversos líderes comunitários com vista a disseminar a informação sobre a existência da estação emissora assim como o perfil de uma rádio comunitária.

A chegada e montagem do equipamento da rádio só viria a acontecer no mês de junho de 2002.

No dia 11 de julho de 2002 a Rádio Voz Coop fez a sua primeira emissão experimental. Para avaliar o impacto, no que concerne a qualidade do sinal, assim como o raio de alcance foram abertas simultaneamente duas linhas telefónicas, sendo uma fixa e outra móvel para os ouvintes manifestarem a sua opinião em torno da nova rádio que acabava de começar a ir para o AR.

Os que por várias razões não podiam falar pelo telefone escreviam cartas ou deslocavam-se à estação. A RCVC recebia, diariamente, cerca de 50 pessoas que pretendiam visitar a rádio. Nesse período, registou enorme adesão de voluntários.

4.3. Papel da Rádio

A elaboração dos programas da rádio é feita com base nas preocupações da comunidade. Para a elaboração da grelha da rádio, é feita uma auscultação à nível da comunidade para procurar saber quais são os anseios e problemas. E para conseguir dar respostas aos problemas da comunidade, a rádio convida a quem de direito, pessoas que fazem parte de instituições que estão ligadas aos problemas levantados, para participar dos programas radiofónico interativos, para responder, orientar, mobilizar e trazer soluções à comunidade. Uma vez encontrada a possível solução do problema, a Rádio procura os parceiros que estes por sua vez desenham o projecto para solucionar o problema. Encontrado o parceiro, a Rádio traz o parceiro para espaço de antena, para explicar como será o projecto. Assim, convida as estruturas da comunidade, o governo local, e a comunidade para ficarem a saber como o projecto será implementado, o

tempo da sua duração, o valor monetário que será disponibilizado para a realização do projecto, e como o valor deve ser usado. Os parceiros participam da discussão nas comunidades, organizam programas interactivos, através de debates, palestras que servem para dar a conhecer à comunidade.

Para os projectos ligados a saúde pública e agricultura, os parceiros da saúde difundem através da rádio as técnicas de protecção e/ou prevenção de diversas doenças ou pragas que afectam as suas comunidades. Assim também acontece, para os projectos de rede eléctrica, abastecimento de água e resíduos sólidos onde através da difusão radiofónica a rádio explica como estes vão funcionar na comunidade. Os colaboradores trazem ensinamentos sobre como a comunidade pode ultrapassar alguns problemas vividos no seu dia a dia.

Quando os projectos não são bem implementados, quando há falta de transparência do governo local, fraco envolvimento da comunidade na agenda do governo local, problemas relacionados com a qualidade de atendimento na saúde, educação, acesso à justiça, fraco desempenho do governo na identificação dos responsáveis pelos casamentos prematuros, os colaboradores elaboram relatórios com as principais preocupações levantadas pela comunidade, partilham com o governo local, estabelecem encontros particulares com instituições públicas do governo onde apresentam as preocupações da comunidade e exigem uma tomada de decisão a nível local.

Tabela 3: Programas realizados pela Rádio Comunitária Voz Coop, para a provisão de serviços públicos 2015-2018.

Ano	Número de programas	Serviços públicos providenciados
2015 À 2018	4	Reabilitação da EPC 29 de Junho
		Requalificação de parte do Bairro Jorge Dimitrov
		Recolha de resíduos sólidos
		Abastecimento de água da FIPAG

Fonte: Rádio Comunitária Voz Coop/Secretaria do bairro Jorge Dimitrov

4.4. Análise dos Resultados

Contribuição dos programas desenvolvidos pela Rádio Comunitária Voz Coop na participação efectiva, na provisão de serviços públicos (2015-2018).

4.4.1. Programas desenvolvidos pela Rádio Voz Coop

Os programas desenvolvidos durante o período em análise pela Rádio Comunitária Voz Coop

A Rádio Comunitária Voz Coop desenvolveu os seguintes serviços públicos.

Tabela 4: Os Programas desenvolvidos pela Rádio Comunitária Voz Coop

ITEM	Serviços públicos providenciados
1	Reabilitação da EPC Unidade 29 de Junho
2	Requalificação de parte do Bairro Jorge Dimitrov
3	Recolha de resíduos sólidos
4	Abastecimento de água da FIPAG

Fonte: Rádio Comunitária Voz Coop/Secretaria do Bairro Jorge Dimitrov

4.4.2. Processo de provisão de serviços públicos

No período em análise, houve a reabilitação da Escola Primária Completa Unidade 29 de Junho, em que a Rádio Comunitária Voz Coop serviu de veículo para a sua materialização, a requalificação de uma parte do Bairro Jorge Dimitrov, a expansão da rede de abastecimento de água, e a recolha de resíduos sólidos.

Para o Sr. Agostinho Muchave, Coordenador de conteúdos da Rádio Comunitária Voz Coop um dos entrevistados para essa pesquisa, a rádio funciona como intermediário entre a comunidade e as instituições governamentais. No caso da reabilitação da Escola Primária Completa Unidade 29 de Junho, a RCVC, fez auscultação da comunidade onde ficou sabendo que a escola EPC Unidade 29 de Junho estava a precisar de uma reabilitação e que nos dias chuvosos ficava inundada, o que levava a interrupção das aulas até as águas secarem. Com base nessa constatação, a Rádio Comunitária Voz Coop elaborou um programa temático onde convidou o governo local para participar de um programa de rádio com interação da comunidade, onde os ouvintes expuseram a preocupação. A partir daí, o governo local contactou o conselho municipal para expor a situação vivenciada naquela comunidade. O conselho municipal por sua vez no âmbito do orçamento participativo com financiamento do Banco Mundial, deu início ao processo da reabilitação da escola EPC Unidade 29 de Junho. Neste processo, houve necessidade de requalificação da zona onde se encontra a escola, para que não houvesse mais o problema de inundação no recinto da escola. Estas actividades culminaram também com a reabilitação da secretaria do bairro Jorge Dimitrov.

Assim, as estruturas governamentais, através de um comício com a presença do parceiro, comunicou a comunidade que o Governo faria a reabilitação da escola em causa, e a requalificação do bairro. O mesmo processo acontece quando há deficiente recolha de resíduos sólidos no distrito, assim como a fraca distribuição de água para a comunidade; em que a Rádio Comunitária Voz Coop, serve de elo de ligação entre a comunidade e as entidades envolvidas. De um modo geral, a comunidade não participou de forma directa na execução dos bens, somente foram beneficiários dos serviços públicos a que esta reclamou através dos programas difundidos pela Rádio Comunitária Voz Coop.

4.4.3. Grau de participação da comunidade no processo da provisão dos serviços públicos

À luz de Prett (1994), a participação subdivide-se em: Participação passiva, Participação via extrações de informações, Participação consultiva, Participação por incentivos materiais, Participação funcional, Participação interativa, e a Participação por auto- mobilização. Tendo em conta o processo de provisão de serviços públicos, a participação levada a cabo pelos programas desenvolvidos pela Rádio Comunitária Voz Coop a Participação é consultiva; as pessoas participam sendo consultadas por agentes externos, os quais definem problemas e propõem soluções com base na consulta, mas sem dividir a tomada de decisão. Este tipo de participação não é efectiva.

4.4.4. Constrangimentos

De um modo geral, podemos afirmar que nem todos os problemas resolvem-se da melhor forma usando a rádio comunitária. Ela funciona para problemas cuja resolução por sua natureza não requer urgência. Por exemplo, se estivermos diante de um problema de corte no fornecimento de energia eléctrica resultante de uma avaria, ou corte de fornecimento de água bem como a ruptura ou falta de eficiência da recolha de resíduos sólidos, estes serviços requerem uma intervenção imediata e a participação da comunidade na provisão desses serviços (serviços públicos) observaria um período a obedecer relativamente longo.

CONCLUSÕES

Do estudo efectuado, concluiu-se que a Rádio Comunitária Voz Coop, desempenha um papel importante na participação comunitária para a provisão de serviços públicos, pois, faz o elo de ligação entre a comunidade e as entidades provedoras de serviços públicos. A comunidade, expõe os seus anseios e as suas preocupações através da participação nos programas radiofónicos difundidos pela Rádio e por sua vez, a Rádio procura, através de parceiros, trazer soluções para resolução dos problemas colocados pela comunidade.

- No período em análise, a Rádio Comunitária Voz Coop alcançou como actividades, a reabilitação da Escola Primária Completa Unidade 29 de Junho, a requalificação do bairro Geoge Dimitriv, a melhoria dos serviços de recolha de resíduos sólidos, a expansão e melhoramento da rede de distribuição de água, entre outras; actividades estas que são importantes para a melhoria da vida daquelas comunidades, como provisão de serviços públicos.
- A rádio funciona como intermediário entre a comunidade e o Governo local, a Rádio Comunitária Voz Coop faz auscultação da comunidade, ficando a saber dos problemas da comunidade. A Rádio Comunitária Voz Coop elabora programas temáticos e convida o Governo Local ligadas ao assunto a participarem de um programa de rádio. A partir daí, o Governo Local responde às necessidades das comunidades.
- Tendo em conta o processo de provisão de serviços públicos, a participação levada a cabo pelos programas desenvolvidos pela Rádio Comunitária Voz Coop trata-se de Participação consultiva, uma vez que as pessoas participam sendo consultadas por agentes externos, os quais definem problemas e propõem soluções com base na consulta, mas sem dividir a tomada de decisão.
- Como constrangimento temos a falta de eficiência na resolução dos problemas, que requerem uma solução imediata, uma vez que nem toda auscultação resulta em resolução dos problemas.

RECOMENDAÇÕES

- O papel das rádios comunitárias no processo de provisão de serviços públicos impulsiona o desenvolvimento das comunidades. Para tal, recomenda-se a quem de direito a criação de mais rádios comunitárias, principalmente em zonas rurais, onde o rádio compreende o único meio de informação para as comunidades.
- Recomenda-se também o estudo e aprofundamento desta matéria de Rádios comunitárias no meio académico, como forma de encontrar nelas um mecanismo de desenvolvimento de acesso à informação sobre o processo de provisão de serviços públicos.

REFÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

- Álvaro, A.; Desenvolvimento comunitário em Moçambique: contribuição para a sua compreensão crítica, Maputo: Africa-America Intitute,2007.
- BANDEIRA, P.; Participação, Articulação de Atores Social e Desenvolvimento Regional. Texto para Discussão n. 630. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, fevereiro de 1999.
- BAHIA, Lilian Mourão. Rádios comunitárias: mobilização social e cidadania na reconfiguração da esfera pública. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2008.
- BORDENAVE, J.E.D. O que é participação? 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Constituição da República: Lei n.º 1/2018, de 12 de junho.
- CORNELY, S. A. Serviço Social: Planejamento e Participação. 2ª . ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978
- FLECK, L. F.; Aprendendo a conhecer a realidade local e suas relações. In: CONTAG; Programa de formação de lideranças e técnicos em desenvolvimento local sustentável. Módulo II. Brasília: Convênio MTb/Sefor/Codefat/Contag, setembro de 1998
- GAIVA, M. A. PESQUISA ENVOLVENDO CRIANÇAS: aspectos éticos. Revista Bioética, pp. 135-46. 2009.
- GIL, António C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1991
- GIL, António Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas. 2008.
- GOHN, M. da G. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2003.
- JANE, Tomás José (2004),”O papel das rádios comunitárias na educação e mobilização das populações para os programas de desenvolvimento local em Moçambique”, comunicação apresentada no *Anuário Internacional De Comunicação Lusófona*, 2004, Maputo.
- KLEIN, Cláudia. Rádios Comunitárias e a Mobilização Social. Frederico Westphalen. Associação Brasileira de Rádios Comunitárias da Região do Planalto Médio, 19 mar. 2005. Seminário Jurídico da Entidade. Entrevista concedida a Flávia Carlet e à advogada Soraia da Rosa Mendes.
- MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M; Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas. 2007.
- MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. Trad. Carlos Alberto Silveira NettoSoares. – 3.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo. Brasileiro, 39^a. edição, São Paulo: Malheiras, 2013.

MELLO, Celso António Bandejas. Curso de direito administrativo 18^a edição. São Paulo, Malheiras, 2005.

MKAIMA, Renato Fernandes da Costa; As Rádios Comunitárias em Moçambique: Contributo para uma Análise; (Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE - IUL) - Departamento de Sociologia, Lisboa, Setembro, 2011

PERUZZO, Cicilia.” Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil”Recife PE 1998.

PIETRO, Maria sylvia Zanela di. Direito administrativo 26^a edição. São Paulo: Atlas, 2013.

PINHEIRO, S. L. G.; PEARSON, C. J.; CHAMALA, S.; Enfoque sistêmico, participação e sustentabilidade na agricultura. I: Novos paradigmas para o desenvolvimento rural? In: Revista Agropecuária Catarinense. Florianópolis: Epagri, v. 10, p. 18-22, março de 1997.

SADIQUE, Faruco. M. .Temático para as Rádios Comunitárias: UNESCO/UNDP. Grupo Editorial de Agricultura; 2003 (Disponível em <https://www.caicc.org.mz/index.php/201> acessado em 11 de Junho de 2019).

_____.ONDAS COMUNITÁRIAS: Algumas Experiencias de Apoio ao Estabelecimento de Radios Comunitarias pela UNESCO em Moçambique. Projecto de Desenvolvimento dos Media. 2001.(Disponível em https://www.caicc.org.mz/media/radio_unesco_moz.pdf acessado em 23 de Novembro de 2021)

_____. O conceito de Rádios Comunitárias, s/d

SILVESTRE, Hugo Consciência, Gestão Pública: Modelos de Prestação de Serviço Público Lisboa. Escola Editore, 2007.

SOUSA, Sandra Sueli Garcia de. RádiosIlegais: da legitimidade à democratização das práticas. São Bernardo do Campo, 1997. (Dissertação de Mestrado. Centro de Pós Graduação em Comunicação Social. Universidade Metodista de São Bernardo do Campo- UMES).

TEODÓSIO, A. S. S. Democracia Eletrônica e Terceiro Setor: novos formatos, velhos dilemas da participação popular. Integração, São Paulo, p. 1-15, 2004.